



A REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA EM DOIS JORNAIS: DIFERENTES
REALIDADES?
(THE LINGUISTIC REPRESENTATION IN TWO NEWSPAPERS: DIFFERENT
REALITIES?)

Adriane Belluci Belório de Castro (USC/PG-UNESP)

ABSTRACT: *This paper presents an analysis of headlines linguistic representation in two great newspapers founded on an argumentative-enunciative approach. It is based on the hypothesis that the same fact is showed to us according to the position each enunciator assumes, thus suggesting different realities.*

KEYWORDS: *linguistic representation; reality; enunciation; argumentation.*

0. Introdução

A origem latina da palavra comunicação – *communicare*: pôr em comum – revela-nos, de modo sintético, que comunicação representa muito mais que uma simples forma de contato entre os indivíduos. Na verdade, comunicação significa o espaço vital que interliga os sujeitos na sociedade e, portanto, é através dela que se estabelecem todas as relações sociais bem como todas as concepções feitas da realidade circundante.

A comunicação é, antes de mais nada, a responsável pelo modo como o indivíduo apreende a realidade e da qual formula uma concepção. Desse modo, não podemos dissociar a comunicação dos conceitos de cultura e história, já que reconhecemos, por meio daquela e naquela, estes fenômenos.

Ao transpormos as características da comunicação, acima apresentadas, para sua forma mais comum – a língua -, constataremos nesta as marcas das relações estabelecidas entre os sujeitos enunciadore e, ainda, como o sujeito enunciador representa a realidade por ele observada.

Assim, no liame entre representação lingüística e realidade, propomos o presente trabalho cujo objetivo é apresentar uma análise lingüística de manchetes de textos jornalísticos de diferentes jornais que, ao relatarem o mesmo fato (a mesma realidade), produzem e projetam diferentes sentidos, ao mesmo tempo em que pretendem despertar no leitor a adesão a esses sentidos.

1. Perspectiva teórica

Ao fazer uso da língua, o indivíduo consciente ou inconscientemente toma a palavra para produzir um efeito sobre o outro, é por essa razão que podemos garantir que há sempre uma intenção subjacente ao enunciado.

Se, por um lado, o indivíduo, ao usar a linguagem, realiza uma ação comunicativa sobre o outro e este, por sua vez, reage diante da ação a que foi submetido; por outro lado, é importante destacarmos que todo enunciado carrega em si a percepção que o indivíduo possui da realidade, ou seja, todo indivíduo constrói, em seu



enunciado, uma imagem da realidade, que não é a própria realidade, mas antes uma representação desta realidade.

Dessa maneira, consideramos a subjetividade da linguagem, entendida aqui como a condição do sujeito servir-se da palavra e do discurso para representar-se a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o outro a comprovar.

Em concordância com Benveniste (1976), a subjetividade é a capacidade do enunciador para se propor como sujeito do discurso. E a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Instaura-se aí uma correlação e uma reciprocidade entre os sujeitos a que Benveniste considera como intersubjetividade, através da qual a comunicação lingüística torna-se possível.

A teoria enunciativa proposta por Benveniste (1989:84) caracteriza-se assim:

“Enquanto realização individual, a enunciação pode ser definida em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição como locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por procedimentos acessórios, de outro.”

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala, e este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do enunciador na sua enunciação faz com que cada instância do discurso se manifeste por um jogo de marcas específicas cuja função é de colocar o sujeito enunciador em relação constante e necessária com seu co-enunciador.

Apoiamo-nos nessa teoria que reconhece no uso da língua, através de marcas, a intenção do sujeito enunciador, e associamos a ela outro aspecto inerente à linguagem e indispensável para análise lingüística: a argumentação.

Gostaríamos de frisar, ainda, que não consideramos argumentação apenas como um conjunto fechado e finito de mecanismos formais, mas como um componente da atividade lingüística. Além disso, argumentar não significa somente buscar convencer ou persuadir, mas, ainda, a construção de um certo modo de representação, visando a agir sobre o outro.

Propomos, neste trabalho, uma análise argumentativo-enunciativa da construção lingüística de manchetes de textos jornalísticos para verificarmos de que maneira é feita a reconstrução, ou melhor, a representação da realidade por dois jornais de grande circulação.

A referida análise é feita a partir de uma série de elementos que são designados como marcas argumentativo-enunciativas, uma vez que refletem e indicam tanto a maneira como um sujeito enunciador apreende um acontecimento, quanto a intencionalidade do mesmo diante do seu co-enunciador.

São várias as marcas passíveis de análise, entretanto, priorizaremos a modalidade que deve ser entendida aqui como a maneira pela qual o sujeito enunciador constrói seu enunciado.

A categoria da modalidade marca a posição do sujeito em relação àquilo que ele apresenta como informação e, ainda, marca a posição desse mesmo sujeito em relação ao seu co-enunciador e aos outros sujeitos.

Ao levarmos em conta a modalidade, devemos observar desde a posição que uma palavra ocupa dentro de um enunciado até mesmo a utilização de um ponto de



interrogação ou de um ponto final. Cada construção leva a sentidos diferentes, que revelam a posição assumida, e até não assumida, do enunciador.

Vignaux (1988:131) garante que:

“O jogo das modalidades é bem fundamental à determinação de qualquer ato enunciativo: tanto portador de ‘distâncias’ quanto ‘alvos’ hipotéticos ou inebriáveis, trabalhando sobre os ‘depreendimentos’ possíveis diante dos domínios, construindo, desta maneira, caminhos de representação que serão como tantas imagens até de ‘substituições’ da realidade ou da ‘idéia’ que dela fazemos e, portanto, das ações eventuais a conduzir, atitudes a adotar. Tal é a meta da atividade da linguagem: descalçar as coisas para representá-las diferentemente e, assim, agir” (tradução nossa).

Apresentamos, a partir deste momento, uma breve classificação, proposta por Culioli (apud Dota, 1994), sobre modalidade.

Antes, porém, faz-se necessária a explicação do conceito de relação predicativa.

Para Culioli, na base de qualquer enunciado, há um esquema de *lexis*. Esse esquema comporta três lugares – elemento de partida, elemento relacional e elemento de chegada – que, grosso modo, podem ser entendidos como “sujeito, verbo e complemento”. Esses elementos constituem a chamada relação predicativa.

A modalidade trabalha justamente com a análise da construção e disposição dos elementos que constituem a relação predicativa na superfície do enunciado.

Culioli define quatro tipos de modalidade:

Modalidade 1:

- pela asserção – o conteúdo da relação predicativa é determinada pelo enunciador como sendo verdadeira ou falsa, ou seja, o enunciador indica, no extralingüístico, a realização ou não da relação sujeito-predicado;

- pela interrogação – o enunciador não assume pessoalmente a posição entre o verdadeiro ou o falso, propõe ao co-enunciador a decisão sobre a validação;

- pela injunção – esse termo recobre a súplica, a ordem, o desejo, o pedido e a sugestão;

- pelo hipotético – o enunciador coloca a hipótese de maneira absoluta, considerando como sabida a existência da relação.

Modalidade 2 ou epistêmica:

Exprime uma ausência de certeza por parte do enunciador quanto à validação da relação predicativa. Ela oscila entre o provável, o improvável, o possível, o incerto etc. A ausência de certeza veiculada por essa modalidade tem um valor argumentativo, uma vez que, implicitamente, o enunciador supõe o que o seu co-enunciador pensa.

Modalidade 3 ou apreciativa:

Visa à qualificação da relação predicativa. Neste caso, a dimensão apreciativa está centrada no enunciador. Ele mostrará o julgamento feito da relação predicativa.

Modalidade 4 ou intersubjetiva:

Esta modalidade se refere às relações entre os sujeitos (sujeito enunciador/ sujeito do enunciado e sujeito enunciador/sujeito co-enunciador).



Assim, reconhecendo na linguagem a condição de ação, exercida pelo sujeito, a qual permite atingir o outro através de uma representação da realidade, estaremos, a seguir, apresentando uma pequena análise para demonstrar, pelo menos, duas diferentes representações de um mesmo fato.

2. Dois jornais, duas representações da realidade

Na análise lingüística de abordagem argumentativo-enunciativa, o contexto é essencial para chegarmos ao sentido de um enunciado. É o contexto que vai nos apresentar as condições de produção do texto analisado. Essas condições englobam desde a situação de interlocução, circunstância de comunicação e instanciação da linguagem até as determinações histórico-sociais.

É importante, pois, oferecermos uma rápida descrição do contexto em que são apresentadas as manchetes analisadas a seguir.

O Brasil, após ter, de certo modo, com a implantação do Plano Real há cinco anos, controlado sua exorbitante inflação, deparou-se com um outro problema decorrente da mesma causa da inflação, ou seja, o gasto sem controle do dinheiro público, o que resulta no chamado déficit público.

Diante disso, o governo propõe uma série de mudanças que teria por objetivo controlar e, a longo prazo, sanar tal déficit. Essa série de mudanças - as tão comentadas reformas - é considerada pelos analistas como tardia, uma vez que deveria ter sido feita junto com a implantação da nova moeda e do controle inicial da inflação.

Dentre as mudanças propostas, está a do Sistema de Previdência Social.

A lei 9.783, que foi elaborada pelo governo e aprovada pelo Congresso, visando à angariação de recursos para o ajuste fiscal, conforme metas estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional, instituiu a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos e o aumento das alíquotas dos servidores na ativa.

Em reação a essa medida, houve um julgamento da lei pelo Supremo Tribunal Federal, que, em uma primeira instância do processo, considerou-a institucional.

Diante desse assunto extremamente complexo e que envolve vários outros acontecimentos, é natural que haja vários pontos de vista e posicionamentos entre as pessoas e, em se tratando deste trabalho, entre os diferentes meios impressos de comunicação social.

São algumas dessas perspectivas que serão levantadas a partir das seguintes manchetes:

STF impõe forte derrota ao governo

É com essa manchete que o jornal *Folha de São Paulo* coloca sua mais importante notícia do dia 1º de outubro de 1999, sobre a reforma previdenciária.

Observemos que, já na construção do título, podemos recuperar o ponto de vista do enunciador diante do fato.

Ao encontrarmos a modalidade 1 – pela asserção, percebemos que o enunciador determina como verdadeira a relação predicativa de base, a qual marca a autoridade do STF sobre o governo, ao empregar como elemento relacional o verbo *impor*. Tal termo sugere que o governo é obrigado a aceitar a determinação do STF.



Além disso, a modalidade apreciativa, neste caso representada pelo uso do adjetivo *forte*, uma vez relacionado à palavra *derrota*, reforça o sentido de submissão e enfraquecimento do governo.

A própria palavra *derrota* carrega consigo uma carga semântica que aliada às demais palavras, procura despertar no co-enunciador uma concepção do fato que tende ao mesmo sentido de submissão, enfraquecimento, perda. Depreendemos daí que a modalização feita pelo enunciador, de um modo extremamente enfático, caracteriza apenas uma nuance da realidade, pois, como veremos a seguir, um outro jornal não chega ao menos mencionar, em sua manchete, o governo.

STF barra aumento na contribuição do servidor

Ao lermos essa manchete do jornal *O Estado de São Paulo*, também em destaque no dia 1º de outubro de 1999, verificamos que, ao abordar o mesmo fato, este enunciador, que se coloca agora diante de nós, apresenta o fato sob um novo prisma. Aqui não se tem em evidência o enfraquecimento do governo, mas sim a vantagem (seria melhor dizermos a “não-desvantagem”) para o servidor contribuinte.

A não ser pelo emprego do verbo *barrar*, que também produz um sentido de autoridade atribuída ao STF. Encontramos também aqui a modalidade 1 pela asserção, em que o enunciador garante a validação da relação predicativa.

O que é sugerido, nessa manchete, em termos de sentido, é a ênfase ao servidor. A preocupação aqui parece centrar-se no contribuinte.

No dia seguinte, 2 de outubro de 1999, ambos os jornais apresentaram, em destaque, a reação de Fernando Henrique Cardoso diante da decisão do Supremo Tribunal Federal.

FHC insiste em cobrar do servidor

A *Folha de São Paulo*, com essa manchete, procura destacar que a atitude de Fernando Henrique será a de manter a mesma posição, no caso, a de fazer valer sua determinação de cobrança dos servidores.

A construção lingüística do enunciado, como um todo, produz um efeito de sentido que pode ser descrito da seguinte maneira: o governo, representado aqui por FHC, pode ser visto como aquele que, seja como for, fará tudo para obter do servidor os recursos necessários ao controle do déficit público.

Entretanto, ao lermos o texto, o qual acompanha a manchete, constatamos que o governo insistirá apenas na cobrança dos inativos, pois, apesar do STF ter julgado as duas medidas (cobrança dos inativos e aumento da contribuição dos ativos) inconstitucionais, o Planalto interpretou como inconstitucional somente o reajuste progressivo dos ativos.

Portanto, a ênfase dada nessa manchete incide sobre o “prejuízo” do servidor e a “obstinação” do governo nesse sentido.

Já, no mesmo dia, o jornal *O Estado de São Paulo* apresenta-nos a seguinte manchete:



FHC afirma que ajuste será feito a qualquer custo

Reconhecemos também nessa outra manchete, com a afirmação do próprio presidente, a determinação do governo para angariar recursos com o intuito de diminuir o déficit público, entretanto, não é apresentado aqui o enfoque sobre o servidor, ao contrário, por informações no subtítulo que acompanha a manchete, FHC afirma que cumprirá as metas mesmo que seja preciso fazer *cortes na própria carne*, ou seja, no próprio orçamento dos programas.

O *Estado de São Paulo* apresenta uma faceta do acontecimento, de modo diferenciado do jornal *Folha de São Paulo*, ou seja, enquanto este mostra a contribuição do servidor como única alternativa para o governo, aquele apresenta o governo já pensando em alternativas para garantir o ajuste fiscal.

Diante das análises, confirmamos nossa hipótese inicial de que através da construção lingüística é possível chegarmos ao posicionamento do sujeito diante da realidade a qual nos é apresentada sob um enfoque, uma perspectiva apenas.

Essa representação lingüística da realidade equivale a um objeto num quarto repleto de espelhos, isto é, não é possível ter a certeza se o que vemos é o objeto, uma imagem do objeto, ou ainda uma imagem da imagem do objeto. Imagem que se distorce, que se amplia ou diminui a ponto de projetar diferenças na realidade.

RESUMO: O presente trabalho apresenta, numa abordagem argumentativo-enunciativa, uma análise da representação lingüística de manchetes em dois grandes jornais. Baseia-se na hipótese de que o mesmo fato nos é mostrado de acordo com o posicionamento que cada enunciador assume, sugerindo, assim, diferentes realidades.

PALAVRAS-CHAVE: representação lingüística; realidade; enunciação; argumentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes Editores, 1976.
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- DOTA, Maria Inez Mateus. *Das estratégias de leitura às operações enunciativas: a modalidade*. UNESP – Araraquara, Tese de Doutorado, 1994.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 25.748, 1-1, 01/10/1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 25.749, 1-1, 02/10/1999.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 38.699, 1-1, 01/10/1999.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 38.700, 1-1, 02/10/1999.
- VIGNAUX, Georges. *Le discours, acteur du monde: énonciation, argumentation et cognition*. Paris: Ophrys, 1988.